



Sidney Guerra
Sérgio Guerra

CURSO DE DIREITO AMBIENTAL

Área específica:
Direito Ambiental

Área afim:
Direito Público

367 páginas
ISBN 978-85-7700-248-1
Formato: 17x24 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

Atualmente deparamos, no Brasil, com graves problemas ligados à conservação do meio ambiente. Alguns desses problemas devem-se ao descaso de algumas autoridades e de boa parte da sociedade que, simplesmente, ignora a necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável; ao “radicalismo verde” adotado por pessoas, individualmente ou em associações, que se julgam ambientalistas e passionalizam a causa ecológica; e à falta de sistematização e codificação da “rica” legislação ambiental brasileira, que além de provocar um desencontro nas atuações dos órgãos ambientais — onde todos desejam ser competentes para tudo — acaba por confundir os estudantes e os profissionais que atuam ou pretendam atuar nesse campo do direito, notadamente os magistrados, membros do Ministério Público e advogados. Nesta obra, de caráter acadêmico e elementar, os Professores Sidney e Sérgio Guerra procuraram detalhar aspectos básicos, porém indispensáveis, sobre a origem e o desenvolvimento da tutela do meio ambiente em nosso país, visando, precipuamente, ampliar a visão do leitor para alcançar o ponto central do estudo, no qual analisou-se a repartição das competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria ambiental, bem como o comportamento do Poder Judiciário nessas mesmas questões.

Sidney Guerra

Pós-Doutor. Doutor e Mestre em Direito. Professor de Direito Ambiental e Direito Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade do Grande Rio, onde foi Coordenador do Curso de Direito. Professor de Direito Ambiental da Fundação Getúlio Vargas em nível de pós-graduação. Professor do Programa de Mestrado da Faculdade de Direito de Campos. Advogado no Rio de Janeiro. Membro da Inter American Bar Association e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Sérgio Guerra

Doutor e Mestre em Direito. Professor de Direito Administrativo dos Cursos de Graduação e de Mestrado e Vice-Diretor de Pós-graduação da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas - RJ. Também concluiu cursos de pós-graduação em Direito Empresarial, Direito Ambiental e Direito Processual Civil. É requisitado Consultor Jurídico e Parecerista de grandes grupos empresariais. Delegado da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rio de Janeiro (1994/1997). Membro do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública (IBAP), do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro (IDAERJ) e Diretor Executivo da *Revista de Direito Administrativo (RDA)*.

Sumário do livro:

Prefácio

Registro dos Autores

Capítulo 1

Crise ambiental na sociedade de risco

- 1.1 Considerações gerais
- 1.2 A crise ecológica
 - 1.2.1 Desertificação e perda da biodiversidade
 - 1.2.2 Quantidade e qualidade da água
 - 1.2.3 Aquecimento global, efeito estufa e chuva ácida
- 1.3 Sociedade de risco
- 1.4 O risco ambiental

Capítulo 2

A emergência do Direito Ambiental: a proteção internacional do meio ambiente

- 2.1 Considerações gerais
- 2.2 A normativa internacional ambiental: necessidade premente
- 2.3 A Conferência de Estocolmo de 1972: o divisor de águas
- 2.4 A Conferência do Rio de Janeiro de 1992: esperança de dias melhores
- 2.5 A Conferência de Joanesburgo de 2002: a consolidação da ordem internacional ambiental

Capítulo 3

A tutela constitucional do meio ambiente

- 3.1 Considerações gerais
- 3.2 Classificação das normas constitucionais
- 3.3 Constituição: sistema de regras, princípios e valores
 - 3.3.1 Critérios de distinção entre princípios e regras
 - 3.3.2 Regras
 - 3.3.3 Princípios
 - 3.3.3.1 Ação dos Princípios
 - 3.3.4 Valores
 - 3.3.5 Tipologia de princípios e regras
 - 3.3.5.1 Tipologia de princípios
 - 3.3.5.2 Tipologia de regras

- 3.4 A norma constitucional ambiental
- 3.5 A cláusula de abertura e o reconhecimento do meio ambiente como direito fundamental

Capítulo 4

O Direito Ambiental: aspectos gerais

- 4.1 Conceito de meio ambiente
- 4.2 Objeto
- 4.3 Evolução, autonomia, correlação com outras disciplinas
- 4.4 Classificação do meio ambiente
 - 4.4.1 Meio ambiente natural
 - 4.4.2 Meio ambiente artificial
 - 4.4.3 Meio ambiente cultural
 - 4.4.4 Meio ambiente do trabalho

Capítulo 5

Principiologia em matéria ambiental

- 5.1 Considerações gerais
- 5.2 Desenvolvimento sustentável
- 5.3 Poluidor-pagador
- 5.4 Prevenção e precaução
- 5.5 Participação
- 5.6 Ubiquidade
- 5.7 Democrático
- 5.8 Do limite
- 5.9 Cooperação entre os povos e solidariedade

Capítulo 6

A política e o Sistema Nacional do Meio Ambiente

- 6.1 A política nacional do meio ambiente (objeto, objetivos, princípios, diretrizes)
- 6.2 O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)
 - 6.2.1 O CONAMA
 - 6.2.2 O Ministério do Meio Ambiente
 - 6.2.3 O IBAMA
 - 6.2.4 Órgãos setoriais
 - 6.2.5 Os órgãos seccionais
 - 6.2.6 Os órgãos locais

Capítulo 7

Competência em matéria ambiental

- 7.1 Considerações gerais
- 7.2 A repartição de competências entre os entes federados
 - 7.2.1 A competência comum
 - 7.2.2 A competência privativa
 - 7.2.3 A competência concorrente
 - 7.2.4 A competência supletiva
- 7.3 A repartição de competência e o princípio da predominância do interesse
 - 7.3.1 O predominante interesse nacional
 - 7.3.2 O predominante interesse regional
 - 7.3.3 O predominante interesse local
- 7.4 A competência da União
- 7.5 A competência dos Estados
- 7.6 A competência dos Municípios

Capítulo 8

Regulamentação ambiental

- 8.1 Considerações gerais
- 8.2 O disciplinamento previsto no Código Florestal, a competência municipal e o não alcance de áreas urbanas pela normativa federal
- 8.3 Dicotomia entre área de proteção permanente e vegetação de proteção permanente

- 8.4 A regulamentação de lei por outros órgãos em cotejo com o disposto no art. 84, IV, da Constituição Federal de 1988
- 8.5 Do não acolhimento da atuação do CONAMA sob a tese contemporânea acerca da deslegalização de matérias do legislativo para o executivo
- 8.6 A insegurança jurídica nas sucessivas resoluções do CONAMA pretendendo “regulamentar” a mesma matéria
- 8.7 Conclusões

Capítulo 9

Responsabilidade em matéria ambiental

- 9.1 Considerações gerais
- 9.2 A responsabilidade civil em matéria ambiental
- 9.3 Aspectos gerais sobre a responsabilidade civil estatal
 - 9.3.1 Responsabilidade estatal por atos legislativos
- 9.4 Responsabilidade penal

Capítulo 10

Licenciamento ambiental

- 10.1 Considerações gerais
- 10.2 O EIA/RIMA
- 10.3 As audiências públicas
- 10.4 Resolução CONAMA nº 237 de 1997
- 10.5 Licenciamento ambiental em sede pretoriana
- 10.6 Conclusões Finais

Capítulo 11

Zoneamento ambiental e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

- 11.1 Considerações gerais
- 11.2 Compensação ambiental nos empreendimentos de significativo impacto para manutenção de unidades de conservação
- 11.3 Da natureza jurídica da compensação ambiental prevista na Lei nº 9.985/00 e regulamentada pelo Decreto nº 4.340/02
- 11.4 Uma nova compensação ambiental após o julgamento da compensação ambiental pelo Supremo Tribunal Federal

Capítulo 12

Poder de polícia em matéria ambiental

- 12.1 Considerações gerais
- 12.2 Conceito
- 12.3 Limites e extensão do poder de polícia
 - 12.3.1 Conciliação da ordem e da liberdade
 - 12.3.2 A proporcionalidade e o poder de polícia
 - 12.3.2.1 Proporcionalidade e razoabilidade
 - 12.3.2.2 Linhas evolutivas do princípio da proporcionalidade
 - 12.3.2.3 Os sub-princípios da proporcionalidade
 - 12.3.3 Ilegalidade dos atos de polícia ambiental
- 12.4 Atributos
- 12.5 Formas de atuação
- 12.6 Meio ambiente e a atividade de polícia
- 12.7 Penalidades oriundas do poder de polícia ambiental
- 12.8 Da graduação das penas em sede ambiental
- 12.9 Poder de polícia ambiental em sede pretoriana

Capítulo 13

A tutela processual do meio ambiente

- 13.1 Considerações gerais
- 13.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade
- 13.3 Mandado de Segurança
- 13.4 Mandado de Injunção
- 13.5 Ação Popular
- 13.6 Ação Civil Pública

Considerações finais

Referências